

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **HISTÓRIA, MEMÓRIA E POLÍTICA: O FEMINISMO EMANCIPACIONISTA E AS ESTRATÉGIAS DE LUTA DAS MULHERES COMUNISTAS NO BRASIL (1986-1988)**

Beatriz Monteiro Lemos

Mestranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: biamonteirolemos@gmail.com

Este trabalho integra a pesquisa de dissertação em andamento que investiga a trajetória das feministas emancipacionistas no Brasil por meio de testemunhos orais e da análise da revista *Presença da Mulher*, publicação que circulou entre 1986 e 2016. Refletiremos sobre o realinhamento do debate marxista nos anos 80, quando foram propostas novas reflexões políticas a partir das especificidades das mulheres na sociedade brasileira e da valorização da luta pela democracia, em debate que culminou na construção de pautas feministas para a Assembleia Nacional Constituinte e para a criação do feminismo emancipacionista pelas militantes do Partido Comunista do Brasil. Buscaremos identificar como a revista foi um veículo de comunicação relevante para a divulgação dessa vertente, bem como para refletir e propor transformações frente aos problemas sociais, econômicos e políticos pelos quais o país atravessou. Dessa forma, espera-se contribuir para os estudos da imprensa enquanto força ativa na sociedade, da história das mulheres no Brasil e das fontes orais como ferramenta para o registro da memória das mulheres comunistas.

Palavras Chave: feminismo emancipacionista; imprensa alternativa; história oral.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **História, memória e política: o feminismo emancipacionista e as estratégias de luta das mulheres comunistas no Brasil (1986-1988)**

Beatriz Monteiro Lemos

Mestranda em História Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: biamonteirolemos@gmail.com

As forças políticas e movimentos sociais de oposição à ditadura militar movimentaram-se, a partir do retorno do pluripartidarismo e da Lei de Anistia em 1979, para ocupar os caminhos disponíveis de atuação política dentro da legalidade, reconhecendo a democracia como uma possibilidade de regime e alterando significativamente os rumos da transição política no Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 473). Ao mesmo tempo, a população das crescentes periferias urbanas construiu espaços e organizações que se tornaram núcleos importantes de atuação pela democracia, com destaque para as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Surgiram, então, clubes de mães, comitês de saúde e grupos de moradores, grupos invisíveis para o governo que clamavam por mudanças e originaram importantes movimentos de pressão política como o Movimento do Custo de Vida, Sociedade dos Amigos de Bairro, Associações de Favelas (*idem*, p. 473).

A participação expressiva de mulheres nesses movimentos sociais é resultado de alguns fatores que tornam o feminismo de segunda onda no Brasil um movimento específico com relação aos demais países, como coloca Duarte:

Enquanto em outros países as mulheres estavam unidas contra a discriminação sexual e pela igualdade de direitos, no Brasil, o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida (DUARTE, 2019, p.42).

E completa:

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Contudo, ainda assim, ao lado de tão diferentes solicitações, debateu-se muito a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. “Nosso corpo nos pertence” era o grande mote que recuperava, após mais de sessenta anos, as inflamadas discussões promovidas pelas socialistas e anarquistas do início do século XX (*idem*, p.42).

Embora cada vez mais reivindicadas, nem sempre estas pautas específicas das mulheres eram bem recebidas pelos demais militantes das organizações de esquerda, como enfatiza Jaqueline Pitanguy (PITANGUY, 2019). Para alguns movimentos e partidos políticos, era mais importante construir grandes frentes de resistência que “dividir” a unidade desse movimento pela conquista de cidadania. A questão geral *versus* específico (direitos universais *versus* reconhecimento da diferença) permeou não só o movimento feminista como outros movimentos sociais, a exemplo do movimento negro, indígena e homossexual.

Nessa conjuntura, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ainda na clandestinidade, elabora o chamado feminismo emancipacionista, uma corrente de opinião que buscava uma solução para o suposto embate entre as questões gerais e as questões das mulheres. Baseando-se nas obras de Engels, Marx, Rosa Luxemburgo, Heleieth Safiotti e outros autores, essa teoria

entende e analisa a especificidade da mulher como fruto da perda da liberdade de produzir e confinamento à esfera privada, com conseqüentes derrotas no plano político-jurídico (derrota do direito materno, por exemplo), afirmando, portanto, a opressão específica em íntima relação com o processo de surgimento de propriedade privada, transformando a própria mulher em propriedade do homem (Marx, in *A Ideologia Alemã*). Conseqüentemente, a opressão específica da mulher, sua gênese, seu processo de formação, coincide no tempo (Engels, in *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*) com o aparecimento das classes, com elas se entrelaçando e refletindo seu antagonismo e sua luta ao longo da história, nas diversas etapas e em diferentes formações econômico-sociais (VALADARES, 1990, p. 4)

Desse modo, o feminismo emancipacionista entende que a opressão da mulher assume formas próprias no terreno cultural, político, ideológico e sexual, atuando conjuntamente com a opressão social. A emancipação exige, portanto, a via revolucionária do socialismo, e o grande desafio é a

mobilização das massas de milhões de mulheres – principalmente operárias, camponesas, trabalhadoras em geral, estudantes, intelectuais progressistas para abraçar a causa da emancipação da mulher em sua especificidade, mas

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interligada com a luta revolucionária rumo ao socialismo, único caminho capaz de acabar com toda a exploração e opressão (*idem*, 1990, p.5)

De que forma, no entanto, essa massa de mulheres progressistas poderia ser cooptada para o movimento emancipacionista? O ponto de partida para a elaboração dessa estratégia foi a VII Conferência Nacional do PCdoB, realizada em Tirana, na Albânia em 1978/1979. Nesse momento, o partido buscava fôlego para reorganizar sua direção, que havia sido gravemente abalada na Chacina da Lapa em dezembro de 1976<sup>1</sup>, e travar a luta pela democracia após anos de ilegalidade. As estratégias de propagação da frente feminista do PCdoB foram encabeçadas justamente por líderes que tiveram suas liberdades suprimidas durante o período de ditadura militar, quando viveram na clandestinidade, no exílio, na Guerrilha do Araguaia<sup>2</sup> e movimentos de combate à ditadura.

Sob responsabilidade de Jô Moraes, mulher paraibana recém egressa da clandestinidade, e Ana Maria Santos Rocha, exilada de 1975 até 1980 na Albânia, a construção da frente foi tomando forma: no VI Congresso Nacional do Partido, em 1983, na cidade de São Paulo, Jô apresentou um informe especial sobre a questão das mulheres. Segundo Liège Rocha, também militante feminista do PCdoB,

Jô Moraes fez o informe que era baseado nessa discussão que nós fizemos, onde ela traçou ali, já tratava naquela época, a questão da dupla opressão, que naquela época tratava da questão da opressão de classe e de gênero, *mais tarde* foi que Loreta (Valadares) introduziu também a questão racial, ela colocava a questão de classe, gênero e raça, então fora uma evolução no debate<sup>3</sup>.

A luta de ideias seria travada a partir de algumas estratégias: a militância nos movimentos sociais (sindicatos, universidades, movimentos de bairro), a criação de

---

<sup>1</sup> A Chacina da Lapa foi um atentado no bairro da Lapa, em São Paulo, em que agentes da repressão invadiram o aparelho do PCdoB onde, pouco tempo antes, se havia realizado a reunião do Comitê Central. Na ocasião, três dos seus dirigentes máximos foram assassinados (dois executados na hora e um, sob tortura) e os demais, encarcerados. A desorganização causada pela Chacina da Lapa em momento tão delicado da política nacional engendrou a necessidade de renovação no corpo dirigente (VENTURINI, 2019, p.77).

<sup>2</sup> Inspirado na estratégia de Guerra Popular Prolongada de Mao Zedong, o PCdoB organizou o episódio de resistência armada conhecido como Guerrilha do Araguaia (1967-1973), no sul do Pará. Cf. PCdoB. *Guerra Popular – caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Editora Maria da Fonte. 1969; e CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia. A esquerda em armas*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora Anita Garibaldi. 2ª Edição: 2012.

<sup>3</sup> Maria Liège Santos Rocha, em entrevista à autora.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entidades emancipacionistas (União de Mulheres e a União Brasileira de Mulheres), a luta pela conquista de cidadania na Constituição de 1988 e a produção da revista *Presença da Mulher*, voltada para expandir todos esses debates. Segundo Mariana Venturini,

Pari passu, surgiam organizações de mulheres, círculos de reflexões e jornais declaradamente feministas como o Nós Mulheres e Brasil-Mulher, que se dedicavam a denunciar a opressão da mulher em suas múltiplas dimensões, constituído, em geral, por profissionais liberais, universitárias e mulheres de estratos médios, muitas delas ex exiladas que tiveram contato com o debate feminista pujante da França na virada dos anos 1960 para os anos 1970. O objetivo proposto pelo PCdoB era a criação de uma corrente de opinião no movimento de mulheres, materializada em uma entidade de massa, que articulasse as duas dimensões: uma elaboração específica sobre a questão da opressão da mulher —construída sobre os alicerces do pensamento marxista—, e o elemento popular, massivo, que lhe desse lastro social mais amplo (VENTURINI, 2019, p. 193).

Vejamos como cada uma dessas estratégias baseou-se em movimentações que já vinham crescentes no Brasil.

As mulheres do partido já eram engajadas em organizações como o Movimento Contra a Carestia e o Movimento pela Anistia, movimentos populares constituídos essencialmente por mulheres. Essa participação expressiva é resultado da desigualdade social que foi aprofundada durante a ditadura militar e persistiu com as políticas econômicas do período de transição que prejudicaram diretamente a vida das mulheres, afetando o custo de vida, os salários e as condições de sobrevivência nas cidades. Como relatou Rosângela Martinhago, ativista de uma Associação de Bairro na cidade de Campinas-SP e posteriormente da União de Mulheres de Campinas,

A formação de Associações de Bairro na região precedeu e foi base para a formação dos núcleos de mulheres. Os bairros eram muito carentes. Faltava desde energia elétrica água, ônibus, pavimentação, escolas, creches e postos de saúde. Foi uma luta ferrenha e as entidades, associação de moradores foram decisivas para obtermos as melhorias até de sobrevivência. Pois a gente lutava por posto de saúde, mas faltava água encanada e esgoto então tudo tinha que caminhar junto<sup>4</sup>.

Esses núcleos aglutinaram mulheres a partir da compreensão de que, além de mais afetadas pela desigualdade, elas enfrentavam a opressão específica relacionada ao seu gênero. Por isso, afirma Rosângela,

---

<sup>4</sup> Rosângela Martinhago, em entrevista à autora.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nos núcleos de mulheres discutíamos também a violência doméstica, igualdade de direitos, a maternidade, a distribuição dos trabalhos domésticos, fomos enxergando que a mulher não é um ser inferior ao homem. Que trabalhar e estudar era fundamental para sair da submissão do lar. Que podia dirigir a sua casa e suas finanças, opinar e participar dos espaços fora de casa.

É evidente a relevância das questões sociais para a mobilização desses grupos nas grandes cidades e suas periferias. Mas, para além disso, houve nesses grupos a influência de mulheres que vinham do exterior (voltando do exílio, muitas vezes) e traziam consigo referências do movimento feminista lá fora. Maria Liège Rocha, militante do partido e recém-saída da clandestinidade, relata que é no retorno da conferência da ONU no México (que estipulou os anos entre 1975-1985 o decênio da mulher) que algumas companheiras trouxeram ao Brasil ideias de lutas feministas.

Em seu testemunho, lembra-se que Maria Lygia Quartim de Moraes (à época, recém-chegada do Chile) foi à Salvador para realizar reuniões e estimular a criação de uma articulação de mulheres na cidade. Na época, Liège já atuava no Movimento Feminino pela Anistia e havia mobilizado a seção baiana por influência de Therezinha Zerbini, que criara o núcleo em São Paulo. Segundo ela, portanto, a atuação na época era voltada para anistia, de modo que em 1979, com sua aprovação, o comitê foi transformado em Comitê de Anistia e Direitos Humanos.

Ana Rocha reforça essa relação entre o movimento de mulheres e o movimento pela anistia, colocando que houve um amplo processo de transformações pelas quais o movimento feminista havia passado nos últimos anos em alguns países do mundo e que influenciou as brasileiras:

em 1979, com a anistia, e a partir de 1980, começaram a voltar os exilados políticos, depois da anistia. E, com essa volta dos exilados políticos, muitas mulheres que estavam no exterior, na França ou no México, como eu, inclusive, que estava no exterior, voltaram com as ideias do feminismo. Foram formados vários grupos pela luta das mulheres, a luta em defesa das trabalhadoras no sindicato, no departamento feminino, o movimento contra a carestia, que nessa época começou a crescer<sup>5</sup>.

Quando João Amazonas, importante líder do PCdoB, retornou do exílio no início na década de 80, realizou em São Paulo reuniões com algumas mulheres para discutir

---

<sup>5</sup> Ana Maria Santos Rocha, em entrevista à autora.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“como organizar as mulheres, como debater no partido essa questão da corrente emancipacionista... daí surgiu a ideia da criação de uniões de mulheres”<sup>6</sup>. Encabeçadas por ele e por outras militantes recém egressas da clandestinidade, como Maria Amélia Teles (Amelinha), Liège Rocha e Lúcia Rincón, ou egressas do exílio, como Ana Rocha, Loreta Valadares e Olívia Rangel, foram criadas a União de Mulheres de São Paulo (1981), o Movimento Popular da Mulher de Belo Horizonte (1983), o Centro Popular da Mulher em Goiânia (1985), a Associação Liberdade Mulher no Rio de Janeiro e outras entidades em cidades como Campinas, Sorocaba e Rio de Janeiro – todas elas a partir da visão emancipacionista. Em 1988, foi criada por fim a União Brasileira de Mulheres (UBM), da qual a revista *Presença da Mulher* seria a porta-voz.

Ana Maria Rocha nos relata que o ano de 1982 foi decisivo para esse processo de fortalecimento dos movimentos de mulheres, que se candidataram em massa nas primeiras eleições diretas desde 1960. Além disso, muitos partidos passaram a ter departamento feminino – como o do PMDB, no qual Ana atuava.

A participação massiva de mulheres nas eleições e a crescente reivindicação por espaço nos partidos, sindicatos e outros ambientes, como vimos, gerou o debate sobre quais reivindicações seriam prioridade e de que forma se agregariam as reivindicações por democracia e por direitos das mulheres. Liège coloca que foi em 1986, quando participou do I Congresso da Mulher Trabalhadora em São Paulo, que deparou-se com a “discussão do geral e do específico”. Ela aponta:

Havia aquelas feministas sexistas que achavam que era só o específico e havia outras que achavam que era só o geral, a luta anti-imperialista, e nós achávamos que tínhamos que unir as duas coisas, que o geral possuía sua relação com o específico e o específico possuía sua relação com o geral.

Também Ana nos relata sobre os diferentes feminismos que despontavam. Principalmente para a construção de pautas para as eleições de 1982,

entrou em pauta uma grande polêmica entre a luta específica e a luta geral. Tinham os grupos de reflexões que achavam que deveria ser um debate só entre as mulheres. E, com essa questão das eleições, começaram, várias entidades, a debater a importância da participação das mulheres na luta geral. E começou, então, grandes encontros no Brasil com grandes polêmicas, inclusive, com

---

<sup>6</sup> Maria Liège Santos Rocha, em entrevista à autora.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

atitudes bem radicais de defesa um com a luta geral e um com a luta específica, e começou a diversificar o movimento. Justamente nesse período é que, no caso, eu, concretamente, no Rio Grande do Sul, comecei a pesquisar a história do movimento de mulheres no Brasil, a sua configuração orgânica, as diversas federações... E, justamente nessa polêmica dos gerais e específicos, surgiu a proposta da visão emancipacionista, que era uma corrente que achava que a luta das mulheres tinha que levar em conta a luta geral, mas, também, a luta específica<sup>7</sup>.

Ainda faltava materializar uma forma de divulgar a corrente de opinião do feminismo emancipacionista para todos aqueles grupos emancipacionistas que se formavam nos anos 1980. Nesse momento, chegamos à outra estratégia. Segundo Liège, João Amazonas organizou várias reuniões com lideranças do partido, como Jô Moraes, Lúcia Rincon, Elaine Jonas, Maria Liège, Lilian Martins e Olívia Rangel, e propôs a criação de um periódico próprio, o *Presença da Mulher*.

A imprensa alternativa, ou “nanica”, colocou-se na sociedade como um meio de ampliar os debates e colocar demandas contra hegemônicas para aquele Brasil que estava se transformando. Essa modalidade de imprensa já havia se consolidado nos anos 70 como uma opção de acesso à informação e uma forma de discutir assuntos tão duramente censurados nos veículos tradicionais, mas no início dos anos 80 já se encontrava em outra fase: essas produções se transformaram de jornais mais generalistas em publicações focadas nas demandas e propostas de determinadas tendências, tornando-se porta voz de sindicatos, movimentos estudantis, partidos políticos e outros movimentos sociais.

Ao nos referirmos sobre a historicidade da imprensa imputa-se a perspectiva de que, mais que um depósito de acontecimentos em diferentes conjunturas, ela é uma força ativa na história do capitalismo articulando-se em diversos momentos ao processo de constituição, construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas e às lutas por hegemonia nos diferentes momentos desse sistema (CRUZ e PEIXOTO, 2007, pp.257). Mais que registro de acontecimentos, atua na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica, e no interior do processo histórico.

---

<sup>7</sup> Ana Maria Santos Rocha, em entrevista à autora.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além disso, no sentido de nos aprofundarmos sobre o papel da imprensa na construção da opinião pública, nos apropriamos da contribuição de Gramsci sobre imprensa e história e buscaremos em diferentes temporalidades elementos teóricos e metodológicos que enriqueçam as reflexões. Para o filósofo marxista, a imprensa no início do século XX era a parte mais dinâmica da estrutura ideológica dos aparelhos privados da hegemonia da burguesia – ainda que não fosse a única (GRAMSCI, 2014). Do mesmo modo que a imprensa hegemônica assume funções políticas e contribuem para a formação de consensos e (ARÊAS, 2015) e da opinião pública, existe uma contra hegemonia que tende a colocar problemas para os quais as formas de dominação hegemônicas precisam dar resposta (LEIBÃO, 2017, p. 322). O autor coloca:

É a partir destas disputas por uma narrativa hegemônica que podemos analisar a relação entre uma política pública, opinião pública e os meios de comunicação. Em um regime democrático liberal-burguês como o Brasil da nova república, as políticas públicas podem ser alvo de debates por parte de diferentes parcelas dos seus cidadãos (*idem*, p.323).

Dessa forma, percebe-se no Brasil que a imprensa alternativa aos grandes e poderosos conglomerados midiáticos - que possuíam e ainda possuem enorme poder econômico e político - procurava espaço para contrapor-se à hegemonia burguesa sobre os modos de vida, expressa naquele momento nos moldes de uma autoritária ditadura civil-militar. Esta pesquisa busca articular a revista *Presença da Mulher* ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua, conduzindo a história dos meios de comunicação para o campo da História Social.

A atuação da imprensa delimita espaços, demarca temas, mobiliza opiniões, constitui adesões e consensos, frequentemente ela mesma sendo espaço privilegiado da articulação desses projetos, produzindo referências e mobilizando para ações. É evidente sua força de intervenção nas diferentes esferas da vida social, política e cultural, como podemos observar na produção de periódicos feministas do Brasil a partir dos anos 70. Schwarcz e Starling, sobre a imprensa alternativa, apontam que

“Os movimentos de minorias políticas alargaram os contornos da luta democrática e fizeram circular seus pontos de vista em publicações próprias que combinavam um novo ativismo político, no qual se reivindicava o

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

reconhecimento da diferença associado à pauta da demanda por igualdade e universalidade de direitos, e que introduzia novas categorias analíticas, como gênero ou sexualidade” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, pp.474)

Em 1975 surge o jornal *Brasil Mulher*, que desde o princípio assumiu uma forte campanha pela anistia e transformou-se em porta voz do Movimento Feminino pela Anistia. Posteriormente, surge o *Nós Mulheres* (1976), o *Mulherio* (1981) e o *Presença da Mulher* (1986), veículos que levavam à sociedade discussões de temas como a anistia, liberdades democráticas, direitos reprodutivos, direito ao aborto, creches públicas, sexualidade, as mulheres na política, a dupla jornada, além do movimento pela Constituinte (DUARTE, 2019, pp.42), criando seu próprio espaço de representação enquanto sujeitos coletivos e estabelecendo relações com as mulheres que se auto organizavam nas periferias em busca de direitos sociais (LEITE, 2003, pp.237).

Tais revistas eram produzidas por mulheres oriundas da esquerda brasileira que durante o período da ditadura civil-militar participaram de experiências de luta armada, militância clandestina, prisão, tortura e exílio, e que muitas vezes traziam do exterior aprendizados sobre a teoria feminista. Percebe-se que houve uma particularidade da luta das mulheres no Brasil e em outros países da América Latina em relação à Europa e Estados Unidos: a conjuntura histórica impôs a articulação entre a resistência contra as opressões de gênero e as lutas contra a ditadura e a censura, pela anistia e pela redemocratização. No Brasil, os movimentos sociais em efervescência que lutavam contra a ditadura, como vimos, seriam espaços cada vez mais reivindicados por mulheres, mesmo com a resistência de parte da sociedade e até dos homens que lideravam esses grupos (RAGO, 2003).

A revista *Presença da Mulher*, então, foi fundada nessa conjuntura de lutas sociais e em um momento de fundamental importância para as lutas das mulheres durante a ANC. Fora naquele ano, 1986, aprovada a Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes, documento que contou com a participação de milhares de mulheres que superaram suas divergências e uniram-se para criar este que foi um marco fundamental nessa trajetória de redemocratização (PITANGUY, 2019, p.89). Logo em seguida, formou-se o chamado “lobby do batom”, composto pelas 26 deputadas constituintes e que atuaria pela concretização das demandas das mulheres na Constituição Federal de 1988 – cerca de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

80% das proposições foram incorporadas ao texto constitucional ou tornaram-se leis e políticas públicas, um resultado significativo (*idem*, 2019, p.89).

Ana Rocha, editora e fundadora, aponta que

*“Presença da Mulher surge num efervescente momento político, que é o momento pré-constituente, onde as mulheres brasileiras se mobilizavam para conquistar seus direitos na Constituição. Surge não só dentro dessa perspectiva, mas também com a preocupação de refletir os dilemas e conflitos dessa nova mulher nas décadas de oitenta/noventa. Mulher que trabalha, faz política, luta por seus direitos. Os novos espaços conquistados colocam na ordem do dia dilemas como maternidade e trabalho, no relacionamento afetivo e uma gama de problemas surgidos na dimensão da família”* (ROCHA, 1991, p.20).

O primeiro passo, segundo Ana Rocha, que havia assumido o trabalho de mulheres no PCdoB em 1985 (no 7º Congresso, no qual ingressara no Comitê Central do Partido) foi cooptar lideranças e simpatizantes do movimento, intelectuais, artistas e mulheres:

Eu entrei em contato com várias mulheres em São Paulo progressistas, tipo Alda Marco Antônio, Bete Mendes, Sueli Carneiro... Várias mulheres que estavam na luta feminista que eram uma visão mais política, para elas incorporarem o conselho editorial da revista nessa perspectiva de uma visão emancipacionista. E era um conselho editorial, como você pode ver na primeira revista, com vários nomes de mulheres de vários setores. Foi feita, justamente, uma articulação para que essas mulheres aderissem, apoiassem essa revista porque ela representava uma concepção<sup>8</sup>.

A revista teve de fato uma ampla gama de colaboradoras logo em sua primeira edição: ao que consta, houve cerca de 40 colaboradoras e colaboradores provindos de 18 estados brasileiros. Em seguida, concebeu-se sua editora, que segundo a revista localizava-se na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, 1511, na cidade de São Paulo:

A revista surgiu como uma publicação da editora Liberdade Mulher. Ela não tinha um vínculo a uma organização específica, ela era editada pela editora Liberdade Mulher que era formada por mim, Ana Rocha, Lilian Martins, que já faleceu, e Olívia Rangel. Éramos, nós três, as diretoras da editora. E eu passei a ser a diretora da revista.

Observamos que, como era comum nos veículos de comunicação alternativos, a administração, redação, publicidade, direção, entre outros, eram formados por um mesmo grupo de mulheres que assumiam múltiplas funções.

---

<sup>8</sup> *Idem*.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O passo seguinte seria a definição do público-alvo da revista com base na avaliação das necessidades daquele grupo de mulheres - orientadas, sobretudo, pelas estratégias traçadas pelo PCdoB de alcançar os grupos emancipacionistas. Segundo Ana Rocha,

“o nosso público-alvo também foi muito discutido. Concluímos que ele seria de ativistas do movimento de mulheres, de lideranças comunitárias, de trabalhadoras, sindicalistas e da intelectualidade. Nesse contexto, a revista não visava chegar diretamente ao conjunto das mulheres, mas as lideranças que as utilizariam como instrumento de trabalho com as mulheres em geral e repassariam as informações nela contidas. Isso reflete na linguagem e no tipo de problemas abordados” (ROCHA, 1991, p.20).

Maria Liège reforça que a revista se voltava para esse público de lideranças, colocando que eram realizados debates no lançamento dos números da revista.

A luta de ideias se dá no dia a dia. Então, por exemplo, a *Presença* jogou um papel muito importante nessa questão; nós fizemos debates às vezes para lançar um número da revista... uma vez nós fizemos um debate com o José Carlos Ruy, que faleceu recentemente. Porque ele era um feminista, vamos dizer assim, então a gente procurava manter viva, e a gente fazia uma distribuição nacional da revista.

Marina Pontual, responsável pelo projeto gráfico da revista, tem um ponto de vista crítico sobre o formato que a revista assumiu. A publicitária, que participava também de outro projeto – a produção, com seu esposo Geandré, da revista de humor *Ovelha Negra* - acredita que o formato denso da revista *Presença da Mulher* era um empecilho para sua propagação ampla entre as leitoras. Em sua entrevista, Marina relata que assumiu a função de levar humor à *Presença* por meio dos contatos que possuía com outros cartunistas, mas que pouco alterou a forma “pesada” que predominava nas páginas. No entanto, elogia as temáticas que mais lhe chamaram a atenção na época em que participava das reuniões de pauta: o aborto, as mulheres no MST, a prostituição.

É vital para nosso trabalho pensar também nas estratégias de divulgação da *Presença da Mulher*. A revista era vendida na sede de sindicatos, universidades, nas sedes do PCdoB, e, nesse “trabalho de formiguinha”, atingia um público mais amplo com suas reportagens, agendas e teorias. Segundo Ana Rocha apontou no 5º aniversário da revista, “se firmou como referencial no movimento de mulheres, penetrando hoje nas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

universidades e entre o professorado como instrumento de debate, de trabalho e de aprofundamento. Isto é visível pela quantidade de trabalhos de pós-graduação que chegam à redação para serem publicados, ou de artigos de professores universitários especialmente escritos para a revista”.

Maria Liège detalha esse processo, reforçando a todo momento a ideia de “formação” das mulheres e de “luta de ideias”:

Os estados recebiam uma cota da revista para vender, faziam debates com os conteúdos da revista, então, foi sempre um instrumento importante de formação, porque, eu acho que também havia esse outro lado da questão, não só da luta de ideias, mas também da formação. Você fazer um debate sobre um encarte teórico, você estava contribuindo para a *formação* daquelas mulheres, entendeu? E o fato de você distribuir amplamente pelo Brasil afora, você também estava difundindo ideias avançadas da luta emancipacionista, e você estava fazendo com que as mulheres se apropriassem daquele conteúdo.

O próprio lançamento da revista, em julho/agosto de 1986, foi feito em vários estados e já contou com debates sobre a corrente emancipacionista e algumas pautas já elencadas pela primeira edição, como relata Ana Rocha:

Foi feito o lançamento da revista em vários estados. Eu fui a vários lançamentos amplos, também, em várias livrarias. Em Recife foi em uma livraria grande. Então eu viajei o Brasil todo lançando a revista *Presença da Mulher*<sup>9</sup>.

Ao longo de um ano, teve uma recepção positiva nas Uniões de Mulheres que surgiam em todo o país, especialmente aquelas ligadas à corrente emancipacionista. Por isso, as organizadoras do periódico promoveram, no primeiro aniversário da revista, o Encontro das Entidades Emancipacionistas, no Rio de Janeiro. No encontro, foi deliberada a realização de um congresso para a criação da União Brasileira de Mulheres (UBM), e no rastro dessa deliberação a entidade foi fundada em agosto de 1988, em Salvador, com a participação de cerca de 1.200 ativistas de todo o país. Desde então a revista *Presença da Mulher* se tornou o principal meio de expressão da UBM<sup>10</sup>. Ana

---

<sup>9</sup> Ana Maria Santos Rocha, em entrevista à autora.

<sup>10</sup> Ainda hoje, os núcleos da UBM estão espalhados em 20 estados e promovem campanhas “pela valorização do voto, por mais mulheres no poder, pela igualdade no trabalho, pela saúde integral da mulher, contra os estereótipos na educação, no combate à violência de gênero, no impulsionamento das políticas públicas para mulheres e pela valorização da imagem das mulheres na mídia”.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rocha detalha esse processo:

Depois desse processo todo, no primeiro aniversário da revista, em 1987, nós já tínhamos feito um acúmulo grande em torno da revista e realizamos o Primeiro Encontro de Entidades Emancipacionistas, realizado no Rio de Janeiro, na UFRJ, no auditório Roxinho, lá da Praia do Fundão. A abertura foi na Praia Vermelha e o encontro se realizou lá no Roxinho. Foi um grande encontro com representantes de entidades do Brasil todo. Nesse encontro, foi proposta a criação da União Brasileira de Mulheres, que era a organização que concretizava essa visão, porque já tinham entidades espalhadas pelo Brasil todo. Então a entidade nacional foi congregar essas entidades. Então foi o passo da criação da União Brasileira de Mulheres e, como eu era a diretora da revista, a primeira presidenta foi a Jô Moraes e eu fui a primeira vice presidenta. Porque, como eu era a diretora da revista, eu tinha essa responsabilidade. Essa foi a história da revista, vamos dizer assim. Na verdade, ela foi uma corrente de opinião que deu suporte para a criação de uma entidade que expressava organicamente essa concepção, que era uma corrente de opinião que existe até hoje<sup>11</sup>.

A partir dessas estratégias sobre as quais dissertamos acima, é possível inferir a relevância do movimento feminista emancipacionista para a reorganização e ampliação do Partido Comunista do Brasil na sociedade brasileira após anos de censura, perseguição e cerceamento de liberdade de grande parte de seus membros. Para além da reorganização interna, também a luta das feministas comunistas foi fundamental para a conquista de democracia e de direitos das mulheres: licença maternidade de 120 dias (artigo 7º, inciso XVIII), igualdade de gênero (artigo 5º, inciso I), proteção e incentivo específico ao trabalho da mulher (artigo 7º, inciso XX) se incluem nas cerca de 80% das reivindicações das mulheres que foram inseridas na Constituição de 1988 e amplamente defendidas por aquelas mulheres.

Porém, a garantia da igualdade formal na Constituição não garante na sociedade uma igualdade substancial. A luta das feministas emancipacionistas segue há 30 anos - por meio da União Brasileira de Mulheres, das entidades emancipacionistas e da revista *Presença da Mulher* - pela efetividade e ampliação dos direitos conquistados e a superação do patriarcado, do racismo e do capitalismo. A continuidade desta pesquisa visa ampliar os estudos e contribuir para a formação de uma memória coletiva a respeito desse movimento.

---

<sup>11</sup> Ana Maria Santos Rocha, em entrevista à autora.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## Referências Bibliográficas

ARÊAS, João Braga. As batalhas de O GLOBO: Ditadura Militar, Lula x Collor, Privatizações e a Vitória do PT em 2002. Curitiba: Prismas, 2015.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História* (PUC-SP), v. 35, pp. 264, dez. 2007.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere: Os intelectuais. *O princípio educativo*. Jornalismo. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. 2 v.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LEIBÃO, Matheus de Carvalho. História e Imprensa em diferentes tempos e a importante contribuição teórica de Antonio Gramsci. In: *História e imprensa em diferentes tempos*. Intratextos: Rio de Janeiro, vol. 8, n.1, 2017, p. 314-328. ISSN 2176-6789. DOI.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: *Estudos Feministas*. V. 11. Florianópolis. Jan/jul 2003.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Revista Labrys, *Estudos Feministas*. Número 3, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Brasil: uma Biografia* / Lilia Mortiz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling - 1ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VALADARES, Loreta. “A ‘controvérsia’ feminismo x marxismo”. *Revista Princípios*. São Paulo: Ed. 18 jun-ago, 1990, p. 44- 49.

VENTURINI, Mariana R. & ROCHA, Liège (Orgs.). *Trajetória teórica e política do feminismo emancipacionista – coletânea de textos: 1954-2012*. São Paulo: PCdoB, 2018.

## ENTREVISTAS

MARTINHAGO, Rosângela. Entrevista à autora. 24/02/2021.

OLIVEIRA, Marina Pontual de. Entrevista à autora. 24/02/2021.

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ROCHA, Ana Maria Santos. Entrevista à autora. Rio de Janeiro, 23/02/2021

ROCHA, Maria Liège Santos. Entrevista à autora. São Paulo, 25/02/2021